



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Ensino

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE GRADUAÇÃO

16 de setembro de 2022

No dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se a Câmara de Graduação, via webconferência, sob a presidência do Diretor de Graduação, o senhor Aldieris Braz Amorim Caprini, com a presença dos seguintes membros: Wilson Augusto Costa Cabral, Mauricio Soares do Vale, Leandro Bueno, Bianca Passos Arpini, Oséias Soares Ferreira, Benvindo Sirtoli Gardiman Junior, Amabeli Dell Santo, Georgia Bulian Souza Almeida, Lucas Vago Santana, Emmanuela Melo de Andrade Sternberg, Flávia Pereira Puget, Luciano Lessa Lorenzoni, Tatiane Policario, Victor Marcello Bomfim Santos, Cássia Aparecida Gobeti dos Santos Lovati, Cleziel Franzoni da Costa, Leonardo Muniz de Lima, Eliane Oliveira Lorete, Roberta Pacheco Francisco Felipetto, Denilton Macario de Paula, Sheyla Salomão Bolsoneli, Jordana Coelho, Elizabete Gerlânia Caron Sandrini, Moramey Regattieri de Souza, Karine Silveira, Eloana Costa de Moraes e Conceição Regina Pinto de Oliveira. Convidados: Tiago José Pessotti, Thalyta Botelho Monteiro, Priscilla Cortizo Costa Pierro, Lucas dos Passos e Silva, Luiz Fernando Dias Ferreira e Maria Dorotea dos Santos Silva. O Diretor de Graduação, Aldieris Braz Amorim Caprini, abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e em seguida fez a leitura da pauta, com os seguintes pontos: **1. Informes; 2. Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia do Campus Ibatiba; 3. Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Segunda Licenciatura em Física do Campus Cariacica; 4. Apreciação da Minuta das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Bacharelado em Administração do Ifes; 5. Apreciação da suspensão temporária da oferta do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas do Campus de Alegre; 6. Apreciação da alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos do Campus Venda Nova do Imigrante; 7. Apreciação da alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Letras Portugêses do Campus Venda Nova do Imigrante; 8. Apreciação da alteração no Projeto Pedagógico do**

Curso de Pedagogia do Campus Itapina. A pauta foi aprovada. Aldieris abriu o **item 1**, e deu início aos informes, solicitando que os membros registrassem seus nomes nas notas compartilhadas.

Informe 1.1. Revisão do Regulamento da Organização Didática (ROD) dos Cursos de Graduação. Aldieris contextualizou o histórico da revisão do ROD destacando que entre 2018 e 2019, haviam sido compiladas sugestões enviadas pelos campi e discutidas metodologias para revisão do regulamento. Em 2019, priorizou-se a tramitação do ROD dos cursos técnicos com vencimento antes da graduação, deixando o ROD da graduação para 2020. Devido à pandemia, as reuniões para revisão do ROD foram prorrogadas para 2020 e 2021, sem alteração do documento. Aldieris informou que seria realizada reunião extraordinária para análise da minuta e elaboração de cronograma para futuras reuniões, garantindo a tramitação do ROD até novembro. A Câmara poderia incluir contribuições e sugestões durante as discussões, visando à aprovação da versão final do ROD 2023.

Informe 1.2. Resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Aldieris informou que o resultado do Enade do ano anterior fora enviado às coordenações de curso e à Assessoria de Comunicação para divulgação, respeitando as questões eleitorais. Destacou-se a necessidade de atenção aos números e processos dos cursos no contexto pandêmico.

Informe 1.3. Processos de Reconhecimento e Renovação de Cursos. Aldieris informou que havia 28 (vinte e oito) cursos em processo de reconhecimento ou renovação, com avaliações conduzidas pelas coordenações e assessorias. Aldieris explicou que as notas se tornavam oficiais apenas após publicação em Diário Oficial, podendo haver solicitações de documentos adicionais pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mas sem alteração provável das notas.

Informe 1.4. Questões de Ordem da Pauta. Aldieris informou a retirada de pontos de pauta solicitada pelos campi. O ponto 3: PPC de segunda Licenciatura em Física (Campus Cariacica) – seria apreciado em novembro. Ponto 8, referente ao Campus Itapina – seria apreciado em novembro. Alteração temporária da ordem da pauta: o ponto 4 seria apresentado antes do ponto 2, conforme solicitação do professor responsável pelo projeto do Campus Linhares, devido a conflito de horário. Em seguida, Aldieris abriu o **item 4**, apreciação da Minuta das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Bacharelado em Administração do Ifes. Aldieris explicou o contexto das diretrizes curriculares e destacou a necessidade de revisão dos documentos do núcleo comum das licenciaturas, engenharias e administração, considerando alterações previstas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e prorrogação do prazo de implementação da licenciatura até dezembro de 2024. Aldieris explicou que ao assumir a Diretoria de Graduação, havia identificado a necessidade de formalizar uma matriz de referência para os cursos de Administração. Foi constituída uma comissão específica para o bacharelado em

Administração, presidida por Tiago José Pessotti, responsável por elaborar a minuta das diretrizes. O objetivo da comissão fora reunir coordenadores, Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e colegiados para consolidar um documento norteador das matrizes curriculares. O trabalho iniciou em 2020, definindo critérios para a matriz de referência e redistribuindo professores em grupos menores especializados por área. Cada grupo elaborou ementas, disciplinas e referências bibliográficas, com participação de professores dos campi do Ifes. Após validação interna, ajustes finais foram realizados em 2021 para alinhar a minuta às novas DCNs de Administração, sem alterar seu teor. Foi preservada flexibilidade para os campi na oferta de disciplinas, especialmente nas áreas de Humanidades e Sistemas de Informação, garantindo adequação às especificidades locais. Pretendia-se manter o grupo de trabalho formado por coordenadores e representantes da sociedade para acompanhamento e atualização contínua da matriz. O documento serviria como referência para a elaboração e revisão dos PPCs, considerando a integração ensino, pesquisa e extensão. Finda a apresentação, a Minuta das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Bacharelado em Administração foi aprovada com 80% (oitenta por cento) dos votos favoráveis, 16% (dezesesseis por cento) pela aprovação com restrições e 4% (quatro por cento) de abstenções. Aldieris parabenizou Thiago e toda a comissão pelo trabalho e destacou que, após aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (Cepe) e Conselho Superior, o documento nortearia as futuras revisões dos PPCs. Para o **item 2**, apreciação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Ibatiba, Aldieris contextualizou a importância da curricularização da extensão e do papel da Câmara de Graduação na orientação e acompanhamento da elaboração e revisão dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs). Foi reforçada a necessidade de atenção à diretriz nacional de curricularização da extensão. Uma comissão específica foi criada para assessorar os campi na implementação dessas diretrizes, incluindo orientações sobre a elaboração e revisão dos PPCs. Os membros da Câmara foram convidados a estimular coordenadores, NDEs e colegiados a participarem das reuniões agendadas em seus campi. A diretriz e o manual estavam disponíveis na página da graduação do Ifes, na seção de “Documentos e Instrumentos”. Aldieris informou que o Campus Ibatiba, recentemente avaliado com nota 5 no Curso de Engenharia Ambiental, havia demonstrado organização e comprometimento com a educação regional. A equipe do campus tinha elaborado o PPC de Licenciatura em Pedagogia com dedicação e seguindo rigorosamente a legislação vigente e as diretrizes curriculares nacionais (DCNs). O processo envolveu diálogos constantes com a assessoria da graduação, comissão de curricularização e equipe do campus, garantindo que todas as observações legais e pedagógicas fossem atendidas. Em seguida, Maria Dorotea dos Santos Silva

fez a apresentação do parecer pedagógico. Maria Dorotea destacou que o PPC fora construído de forma colaborativa, considerando as necessidades da região e integrando-se às matrizes de outros cursos do campus, como Engenharia Ambiental. O projeto já havia passado por ajustes sucessivos desde sua elaboração inicial, incorporando sugestões e orientações da assessoria e da comissão de curricularização. O parecer concluiu que o PPC atendia aos dispositivos legais, às diretrizes de extensão, pesquisa e estágio, sendo considerado de excelente qualidade. O parecer técnico fora elaborado pela professora Danielle Piontkovsky, porém, por coincidir com o período de férias da docente, Aldieris fez a apresentação. O parecer considerou como aprovado sem necessidade de alterações, apenas com orientações para troca de ideias no relatório. A coordenadora da comissão do PPC e futura coordenadora do curso, professora Thalyta Botelho Monteiro, destacou o trabalho colaborativo e dialogado na construção do PPC, envolvendo representantes do pedagógico, biblioteca e Coordenadoria de Registro Acadêmico (CRA). Ressaltou que a escolha do Curso de Pedagogia havia considerado consultas públicas e análises da demanda regional, identificando a necessidade de oferta de um curso gratuito na região do Caparaó e no leste de Minas. O curso se inspirou nos PPCs existentes de Pedagogia dos campi Vila Velha e Itapina, adaptando-se às particularidades regionais e às necessidades de formação de professores. A equipe enfatizou a importância da curricularização da extensão como desafio e aprendizado no processo de elaboração do PPC. A professora Amabeli (Campus Colatina) questionou sobre a inclusão dos objetivos das disciplinas no ementário, considerando que a Resolução 1/2019 não exigia essa informação. Foi esclarecido que os objetivos poderiam constar opcionalmente no ementário, mas o plano de disciplina, validado pelo NDE e colegiado, era o documento que detalhava os objetivos, metodologia e conteúdos, garantindo coerência com o PPC. Ressaltou-se que o PPC funcionaria como referência principal, assegurando alinhamento entre objetivos do curso, perfil do egresso, diretrizes curriculares e planos de disciplina. Findos os esclarecimentos, o PPC de Licenciatura em Pedagogia do Campus Ibatiba foi aprovado com 87% (oitenta e sete por cento) dos votos favoráveis, 4% (quatro por cento) pela aprovação com restrições e 9% (nove por cento) de abstenções. Aldieris agradeceu à equipe do campus e às pareceristas pelo empenho, destacando a relevância do curso para a região e a qualidade do projeto pedagógico apresentado. A equipe do campus agradeceu o suporte da Pró-Reitoria de Ensino (Proen) e da Câmara, reforçando o caráter colaborativo do processo de elaboração do PPC. Para o **item 5**, apreciação da suspensão temporária da oferta do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas do Campus de Alegre, Aldieris esclareceu que, segundo a autonomia universitária, era possível suspender temporariamente a oferta de vagas em cursos de graduação por até 2 (dois) anos sem necessidade

de encaminhamento ao MEC. Ressaltou-se que a suspensão deveria tramitar pelas instâncias internas, incluindo o Cepe, e que, ao término do período de suspensão, o curso deveria retomar a oferta ou iniciar processo de extinção. O Diretor de Ensino do campus, Oséias Soares Ferreira, apresentou o histórico do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, destacando que fora criado em 2013 como desdobramento da Licenciatura em Ciências Biológicas, atendendo à demanda de alunos que buscavam diploma de bacharel. O curso foi reconhecido pelo MEC em 2018 com nota 3, sendo recomendada a organização do processo de ingresso e a revisão das equivalências de disciplinas, considerando diferenças entre estudantes internos e transferidos de outras instituições. Em função da conclusão das turmas de 2018 e da pandemia, o campus propunha a suspensão temporária para reorganizar o PPC, ajustar a oferta via processo seletivo (Sisu) e atender às recomendações do MEC, com vistas a melhorar a nota de avaliação do curso. A professora Priscilla Cortizo Costa Pierro, nova coordenadora do curso, também participou da exposição, assumindo a responsabilidade de revisar e reorganizar o PPC durante o período de suspensão, com previsão de possível reoferta em 2024. Foi confirmado que toda a documentação comprobatória, como atas de colegiado e discussões internas, estava organizada e disponível para acompanhamento da Câmara. Aldieris abriu espaço para dúvidas e questionamentos, esclarecendo que a suspensão seria válida para os anos de 2023 e 2024, com novo encontro a ser realizado para avaliar o retorno da oferta ou eventual extinção do curso. Realizada a votação, o pedido de suspensão temporária da oferta do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas do Campus de Alegre foi aprovada com 96% (noventa e seis por cento) dos votos favoráveis e 4% (quatro por cento) de abstenções. Para o **item 6**, apreciação da alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos do Campus Venda Nova do Imigrante, a Diretora de Ensino do campus, Eliane Oliveira Lorete, apresentou o ponto de pauta, contextualizando que se tratava de um curso consolidado, reconhecido com nota 5 pelo Ministério da Educação (MEC), cuja revisão buscava ajustes na oferta, atendendo à demanda local, sem alterar o perfil do egresso. A parecerista pedagógica, Maria Dorotea dos Santos Silva, destacou que o curso possuía histórico de qualidade, não apresentando restrições ao PPC revisado. Pequenos ajustes identificados deveriam ser encaminhados para registro final, mas não comprometiam a aprovação. O parecer recomendou aprovação do PPC sem restrições, enfatizando o cuidado com aspectos pedagógicos e legais. Eliane agradeceu à Câmara e à assessoria pedagógica, explicando que a revisão fora motivada por necessidade de ajustar o turno do curso, passando de integral para noturno, com base em pesquisa interna com estudantes e servidores (aprovação de aproximadamente 85% dos respondentes). Houve redução da carga horária total do curso em

cerca de 272 (duzentas e setenta e duas) horas, garantindo conformidade com a legislação vigente. Também houve maior oferta de componentes curriculares optativos, flexibilidade curricular e exclusão de pré-requisitos excessivos, simplificando o percurso acadêmico. Eliane destacou a inclusão de disciplinas híbridas e atividades de extensão (aproximadamente 270 horas), garantindo a curricularização da extensão e carga horária adequada de EaD (480 horas), bem como ajustes no estágio e nas atividades acadêmico-científico-culturais, respeitando a legislação e mantendo o perfil do egresso. O coordenador do curso, Luiz Fernando Dias Ferreira, detalhou a matriz curricular revisada, destacando a distribuição das atividades de extensão e EaD ao longo dos períodos, e o impacto positivo da reformulação para reduzir evasão e reter alunos. Moramey (PEI) destacou que alterações no sistema e-MEC só seriam efetivadas após homologação final, sendo fundamental manter registros detalhados no campus para históricos acadêmicos e diplomas. Ressaltou a necessidade de observar limites legais para EaD e demais mudanças curriculares, considerando que a autonomia institucional deveria respeitar regulamentações vigentes. Moramey mencionou que a pandemia havia impactado algumas práticas de ensino, mas a análise de evasão e retenção deveria considerar fatores anteriores, e não apenas a pandemia ou o Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Após esclarecimentos, foi realizada votação e a alteração no PPC do Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos do Campus Venda Nova do Imigrante foi aprovada com 83% (oitenta e três por cento) dos votos favoráveis, 13% (treze por cento) pela aprovação com restrições e 4% (quatro por cento) de abstenções. Foi ressaltada a necessidade de garantir que os estudantes tivessem direito a permanecer no turno em que ingressaram, preservando os direitos acadêmicos. Para o **item 7**, apreciação da alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português do Campus Venda Nova do Imigrante, a Diretora de Ensino do campus, Eliane Oliveira Lorete, explicou que se tratava de uma alteração pontual no PPC. O curso iniciou no segundo semestre de 2016 e já passara pelo reconhecimento e visitas de avaliação. A alteração proposta visava flexibilizar a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), permitindo que fosse realizado individualmente ou em duplas, considerando a equipe de docentes enxuta e a sobrecarga de orientação, especialmente durante o período de pandemia e com professores substitutos. A coordenadora do curso, Karine Silveira, explicou que o TCC em dupla possibilitava melhor distribuição da orientação entre os docentes, reduzindo a necessidade de auxílio de professores de outros campi e garantindo a qualidade do acompanhamento. A alteração permitia que os estudantes que desejassem optassem pelo trabalho em dupla, sem prejudicar os que realizavam individualmente. O PPC seria atualizado para incluir essa redação específica, de modo a vigorar para as turmas em andamento, devendo ser enviado ao final de outubro para

tramitação e vigência em 2024. A parecerista pedagógica, Maria Dorotea dos Santos Silva, destacou a importância da participação de todos os atores do campus durante as visitas e trabalhos da Comissão de Curricularização da Extensão. Foi reforçado que a presença de diretores de ensino, coordenadores e representantes do NDE era essencial para assegurar que o processo de atualização dos PPCs contemplasse corretamente a carga horária e atividades de extensão. Foi reiterada a importância de integrar as alterações de TCC e curricularização da extensão nos PPCs de forma coordenada, garantindo a conformidade pedagógica e legal. Findos os esclarecimentos, a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português do Campus Venda Nova do Imigrante foi aprovada com 87% (oitenta e sete por cento) dos votos favoráveis, 9% (nove por cento) pela aprovação com restrições e 4% (quatro por cento) de abstenções. Aldieris destacou a realização da próxima reunião extraordinária da Câmara, marcada para 26 de setembro, para discussão da minuta do ROD. Nada mais havendo a tratar, Aldieris deu por encerrada a reunião. Eu, Cristiana Aparecida Reimann do Nascimento, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes. Vitória, dezesseis de setembro de dois mil e vinte e dois.